

Maria Sylvia Zanella
Di Pietro

DIREITO **ADMINISTRATIVO**

35^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 06.01.2022

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D524d

35. ed.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, 1943-

Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 35. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

1120 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4302-8

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

21-74881

CDU: 342.9(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

Sumário

Capítulo 1 – O Direito Administrativo.....	1
1.1 Formação do Direito Administrativo.....	1
1.2 Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo.....	4
1.3 Contribuição do direito francês.....	7
1.4 Direito administrativo alemão.....	10
1.5 Direito administrativo italiano.....	12
1.6 Direito administrativo anglo-americano.....	13
1.7 Direito administrativo brasileiro.....	20
1.8 O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu.....	22
1.9 Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	25
1.10 Objeto do Direito Administrativo.....	37
1.11 Métodos de estudo.....	40
1.11.1 Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica.....	40
1.11.2 O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial.....	41
1.11.3 Direito Administrativo e Ciência da Administração.....	41
1.11.4 Critério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo.....	42
1.12 Fontes do Direito Administrativo.....	43
1.13 Conceito de Direito Administrativo.....	54
1.13.1 Escola da <i>puissance publique</i>	54
1.13.2 Escola do serviço público.....	55
1.13.3 Critério do Poder Executivo.....	56
1.13.4 Critério das relações jurídicas.....	56
1.13.5 Critério teleológico.....	57
1.13.6 Critério negativo ou residual.....	57
1.13.7 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado.....	58
1.13.8 Critério da Administração Pública.....	58
1.13.9 Nossa definição.....	59
1.14 Direito administrativo emergencial.....	60
Capítulo 2 – Administração Pública.....	65
2.1 O vocábulo administração.....	65
2.2 A expressão Administração Pública.....	65
2.3 Administração pública e governo.....	66
2.3.1 Aspecto objetivo.....	66
2.3.2 Aspecto subjetivo.....	67
2.4 Administração Pública em sentido estrito.....	69
2.5 Administração Pública em sentido objetivo.....	69
2.6 Administração Pública em sentido subjetivo.....	71

Capítulo 3 – Regime Jurídico Administrativo	75
3.1 Regimes público e privado na Administração Pública	75
3.2 Regime jurídico administrativo	76
3.3 Reflexos da Lindb sobre o direito administrativo.....	77
3.4 Princípios da Administração Pública.....	81
3.4.1 Legalidade.....	82
3.4.2 Supremacia do interesse público	83
3.4.3 Impessoalidade	85
3.4.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	86
3.4.5 Especialidade.....	86
3.4.6 Controle ou tutela.....	86
3.4.7 Autotutela	87
3.4.8 Hierarquia.....	87
3.4.9 Continuidade do serviço público	88
3.4.10 Publicidade.....	88
3.4.11 Moralidade administrativa	92
3.4.12 Razoabilidade e proporcionalidade.....	95
3.4.13 Motivação	96
3.4.14 Eficiência.....	98
3.4.15 Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé	100
3.4.15.1 Segurança jurídica.....	100
3.4.15.2 Proteção à confiança	101
3.4.15.3 Boa-fé.....	102
3.4.15.4 Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança	103
3.5 Poderes da Administração.....	104
3.5.1 Normativo	105
3.5.2 Disciplinar	108
3.5.3 Decorrentes da hierarquia	109
Capítulo 4 – Serviços Públicos	115
4.1 Conceito	115
4.1.1 Serviço público em sentido amplo.....	115
4.1.2 Serviço público em sentido restrito	117
4.1.3 Evolução.....	118
4.1.4 Conclusões quanto ao conceito	120
4.2 Elementos da definição	121
4.2.1 Elemento subjetivo	121
4.2.2 Elemento formal.....	122
4.2.3 Elemento material	122
4.3 Crise na noção de serviço público	123
4.4 Princípios	125
4.5 Direitos dos usuários de serviços públicos.....	126
4.6 Classificação.....	127
4.7 Formas de gestão.....	130
Capítulo 5 – Poder de Polícia.....	135
5.1 Introdução.....	135
5.2 Evolução	135
5.3 Conceito	137

5.4	Polícia administrativa e judiciária.....	138
5.5	Meios de atuação.....	138
5.6	Características	139
5.7	Limites	141
Capítulo 6	– Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada	145
6.1	Evolução	145
6.2	Modalidades.....	145
6.3	Fundamento.....	146
6.4	Função social da propriedade.....	148
6.5	Limitações administrativas	150
6.6	Ocupação temporária.....	152
6.7	Requisição administrativa.....	154
6.8	Tombamento.....	156
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	156
6.8.2	Conceito e características	157
6.8.3	Objeto.....	158
6.8.4	Modalidades.....	158
6.8.5	Procedimento	159
6.8.6	Efeitos.....	161
6.8.7	Natureza jurídica	163
6.9	Servidão administrativa	164
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito	164
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público	165
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa	166
6.9.4	Conceito.....	166
6.9.5	Forma de constituição.....	166
6.9.6	Extinção	167
6.9.7	Direito à indenização	168
6.9.8	Modalidades.....	169
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais.....	169
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos.....	169
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional.....	169
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e heliportos.....	170
6.9.8.5	Servidão militar	170
6.9.8.6	Servidão de aqueduto	170
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica.....	170
6.10	Desapropriação.....	171
6.10.1	Evolução no direito brasileiro.....	171
6.10.2	Conceito.....	173
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória	173
6.10.4	Procedimento.....	176
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo.....	180
6.10.6	Pressupostos.....	181
6.10.7	Objeto.....	182
6.10.8	Indenização	184
6.10.9	Natureza jurídica	188
6.10.10	Imissão provisória na posse	190

6.10.11	Destino dos bens desapropriados.....	192
6.10.12	Desapropriação indireta	194
6.10.13	Retrocessão.....	196
Capítulo 7 – Atos Administrativos		205
7.1	Fatos da administração.....	205
7.2	Atos da administração	205
7.3	Origem da expressão	206
7.4	Conceito	207
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	210
7.6	Atributos.....	210
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	210
7.6.2	Imperatividade.....	212
7.6.3	Autoexecutoriedade	212
7.6.4	Tipicidade	213
7.7	Elementos.....	214
7.7.1	Sujeito.....	214
7.7.2	Objeto.....	217
7.7.3	Forma	217
7.7.4	Finalidade	220
7.7.5	Motivo.....	220
7.8	Discrecionariedade e vinculação	221
7.8.1	Conceito.....	221
7.8.2	Justificação.....	222
7.8.3	Âmbito de aplicação da discrecionariedade	222
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo	225
7.8.5	Limites da discrecionariedade e controle pelo Poder Judiciário.....	228
7.9	Classificação.....	229
7.10	Atos administrativos em espécie.....	233
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	233
7.10.1.1	Autorização	233
7.10.1.2	Licença.....	235
7.10.1.3	Admissão	236
7.10.1.4	Permissão	236
7.10.1.5	Aprovação	236
7.10.1.6	Homologação.....	237
7.10.1.7	Parecer	237
7.10.1.8	Visto	239
7.10.2	Quanto à forma.....	239
7.10.2.1	Decreto	240
7.10.2.2	Resolução e portaria	240
7.10.2.3	Circular.....	241
7.10.2.4	Despacho.....	241
7.10.2.5	Alvará.....	241
7.11	Extinção.....	241
7.11.1	Modalidades.....	241
7.11.2	Anulação ou invalidação	242
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza	242
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no Direito Administrativo	244
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito	245

7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto.....	247
7.11.2.5	Vícios relativos à forma	247
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo.....	248
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade	248
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios	248
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis	250
7.11.2.10	Convalidação	250
7.11.2.11	Confirmação	252
7.11.3	Revogação.....	253
Capítulo 8 – Contrato Administrativo		261
8.1	Contratos da administração	261
8.2	Divergências doutrinárias.....	261
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato.....	263
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado.....	264
8.5	Direito positivo.....	267
8.5.1	Normas constitucionais	267
8.5.2	Legislação ordinária	267
8.6	Características dos contratos administrativos.....	270
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público	270
8.6.2	Finalidade pública	270
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei	271
8.6.3.1	Dos prazos contratuais e sua prorrogação	273
8.6.3.2	Do recebimento do objeto do contrato	276
8.6.3.3	Dos pagamentos	276
8.6.4	Procedimento legal.....	277
8.6.5	Contrato de adesão.....	278
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	279
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes	279
8.6.7.1	Exigência de garantia.....	279
8.6.7.2	Alteração unilateral.....	281
8.6.7.3	Rescisão ou extinção unilateral	283
8.6.7.4	Fiscalização	284
8.6.7.5	Aplicação de penalidades	284
8.6.7.6	Anulação.....	289
8.6.7.7	Retomada do objeto	291
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	291
8.6.8	Mutabilidade	292
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato	295
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe	296
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração.....	296
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão	298
8.7	Rescisão ou extinção do contrato administrativo.....	302
8.8	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	305
8.9	Modalidades de contratos administrativos.....	305
8.9.1	Concessão	306
8.9.1.1	Conceito e modalidades	306
8.9.1.2	Natureza jurídica.....	308
8.9.1.3	Concessão de serviço público.....	309
8.9.1.3.1	Evolução	309

8.9.1.3.2	Conceito e características.....	311
8.9.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público ...	319
8.9.1.4	Parcerias público-privadas.....	321
8.9.1.4.1	Direito positivo.....	321
8.9.1.4.2	Conceito e modalidades.....	323
8.9.1.4.3	Concessão patrocinada.....	323
8.9.1.4.4	Concessão administrativa.....	326
8.9.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa.....	329
8.9.1.4.6	Da licitação	332
8.9.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	336
8.9.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	338
8.9.1.5	Concessão de obra pública.....	342
8.9.1.6	Concessão de uso	343
8.9.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços	343
8.9.2.1	Empreitada	347
8.9.2.2	Administração contratada	349
8.9.2.3	Tarefa	350
8.9.2.4	Serviços de publicidade.....	350
8.9.3	Contrato de fornecimento.....	351
8.10	Programa de parcerias de investimentos – PPI.....	353
8.11	Contrato de desempenho e contrato de gestão	354
8.12	Convênio.....	356
8.13	Consórcio administrativo	362
8.14	Terceirização.....	363
8.15	Contratos em regime diferenciado de contratação (RDC).....	370
8.15.1	Regime jurídico.....	370
8.15.2	Regime de contratação integrada	371
8.15.3	Convocação para assinatura do contrato	372
8.15.4	Remuneração variável.....	373
8.15.5	Contratações simultâneas.....	373
Capítulo 9 – Licitação		385
9.1	Conceito	385
9.2	Direito positivo.....	386
9.3	Princípios	388
9.3.1	Princípio da igualdade	390
9.3.2	Princípio da legalidade	395
9.3.3	Princípio da impessoalidade	395
9.3.4	Princípio da moralidade e da probidade	395
9.3.5	Princípio da publicidade.....	396
9.3.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	396
9.3.7	Princípio do julgamento objetivo.....	397
9.3.8	Princípio da adjudicação compulsória	397
9.3.9	Princípio da ampla defesa.....	398
9.3.10	Princípio da licitação sustentável	398
9.4	Obrigatoriedade de licitação.....	401
9.5	Dispensa e inexigibilidade	402
9.6	Modalidades.....	417
9.6.1	Concorrência.....	421

9.6.2	Tomada de preços.....	422
9.6.3	Convite.....	423
9.6.4	Concurso	424
9.6.5	Leilão.....	425
9.6.6	Pregão.....	425
9.6.7	Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	426
9.7	Procedimento	426
9.7.1	Procedimento da concorrência.....	428
9.7.1.1	Edital.....	428
9.7.1.2	Habilitação	429
9.7.1.3	Classificação.....	433
9.7.1.4	Homologação.....	436
9.7.1.5	Adjudicação	436
9.7.2	Procedimento da tomada de preços.....	437
9.7.3	Procedimento do convite.....	437
9.7.4	Procedimento do concurso	437
9.7.5	Procedimento do leilão.....	438
9.7.6	Procedimento do pregão	438
9.7.7	Procedimento para contratação de serviços de publicidade.....	441
9.7.8	Procedimento para contratação de solução inovadora	444
9.8	Sistema de registro de preços.....	445
9.9	Anulação e revogação	450
9.10	Recursos administrativos	451
9.11	Licitação no Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	453
9.11.1	Direito positivo	453
9.11.2	Principais inovações.....	454
9.11.3	Objetivos da licitação	455
9.11.4	Princípios da licitação	455
9.11.5	Restrições à publicidade do orçamento estimado.....	455
9.11.6	Comissão de licitação.....	456
9.11.7	Procedimento da licitação	457
9.11.8	Procedimentos auxiliares das licitações.....	466
9.11.9	Pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos.....	472
9.11.10	Sanções.....	473
9.12	Regime jurídico das licitações na nova lei de licitações – Lei nº 14.133/21	473
9.12.1	Disposições preliminares – âmbito de aplicação da nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21.....	474
9.12.2	Princípios e objetivos	474
9.12.2.1	Princípio da segregação de funções	475
9.12.2.2	Princípio da legalidade	475
9.12.2.3	Princípios da transparência, da publicidade e da motivação	476
9.12.2.4	Princípios da impessoalidade, igualdade, julgamento objetivo e competitividade	477
9.12.2.5	Princípio da eficiência	479
9.12.2.5	Princípio da segurança jurídica.....	481
9.12.3	Agentes públicos	481
9.12.4	Modalidades de licitação	483
9.12.5	Do processo licitatório.....	485
9.12.6	Fases do processo de licitação.....	489
9.12.7	Primeira fase: preparatória.....	490

9.12.8	Segunda fase: a publicação do edital de licitação	492
9.12.9	Terceira fase: apresentação de propostas e lances	496
9.12.10	Quarta fase: julgamento.....	497
9.12.11	Quinta fase: habilitação	500
9.12.12	Sexta fase: recursal.....	504
9.12.13	Sétima fase: homologação	506
9.12.14	Contratação direta.....	506
9.12.15	Dos instrumentos auxiliares	511
9.12.16	Controle das contratações	517
9.12.17	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP	520
9.12.18	Disposições finais e transitórias.....	521
Capítulo 10 – Administração Indireta.....		543
10.1	Descentralização	543
10.1.1	Descentralização e desconcentração.....	543
10.1.2	Descentralização política e administrativa	543
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa	544
10.1.3.1	Descentralização territorial	544
10.1.3.2	Descentralização por serviços	544
10.1.3.3	Descentralização por colaboração	546
10.1.4	Evolução.....	547
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro.....	548
10.1.5.1	A confusão do legislador.....	548
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição	550
10.2	Entidades da Administração Indireta	551
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica.....	551
10.2.2	Regime jurídico.....	552
10.3	Autarquias	555
10.3.1	O vocábulo autarquia.....	555
10.3.2	Evolução no direito brasileiro	556
10.3.3	Conceito e características	557
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros	558
10.3.5	Classificação	558
10.4	Fundação.....	560
10.4.1	Natureza jurídica e conceito.....	560
10.4.2	Fundação de direito privado	562
10.4.3	Direito positivo brasileiro.....	564
10.4.4	Fundação de direito público.....	567
10.5	Empresas estatais.....	568
10.5.1	Alcance da expressão	568
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade	569
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias.....	571
10.5.3.1	Estatuto jurídico	571
10.5.3.2	Conceito legal	574
10.5.3.3	Traços comuns.....	577
10.5.3.4	Traços distintivos	580
10.5.3.5	Regime jurídico	583
10.5.3.6	Órgãos de Administração	584
10.5.3.7	Função social	586
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno	587

10.5.3.9	Licitação	589
10.5.3.10	Contratos.....	593
10.5.3.11	Fiscalização	594
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta.....	595
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas.....	601
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta.....	602
10.9	Agências	604
10.9.1	Considerações gerais.....	604
10.9.2	Agência executiva.....	606
10.9.3	Agência reguladora	607
10.10	Consórcio público.....	617
10.10.1	Considerações gerais.....	617
10.10.2	Conceito e natureza jurídica	619
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio	621
10.10.4	Contratos de rateio.....	623
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	624
10.11	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta.....	626
Capítulo 11	– Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	639
11.1	A expressão entidade paraestatal.....	639
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor.....	641
11.4	Serviços sociais autônomos	647
11.5	Entidades de apoio.....	649
11.6	Organizações sociais.....	654
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	661
11.8	Organizações da sociedade civil.....	664
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14.....	665
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	666
11.8.3	Do chamamento público	667
11.8.3.1	Providências preliminares.....	667
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público.....	668
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	670
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento.....	671
11.8.5	Das vedações	672
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	673
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	673
Capítulo 12	– Órgãos Públicos.....	681
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.....	681
12.2	Conceito	682
12.3	Natureza	683
12.4	Classificação.....	683
Capítulo 13	– Servidores Públicos.....	687
13.1	Terminologia.....	687
13.2	Agentes públicos.....	687
13.2.1	Agentes políticos.....	688
13.2.2	Servidores públicos	690
13.2.3	Militares	693
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	696

13.3	Cargo, emprego e função	696
13.4	Normas constitucionais.....	698
13.4.1	Regime jurídico do servidor	698
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas	700
13.4.3	Condições de ingresso	700
13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	706
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento....	707
13.4.4.2	Regime de subsídios.....	710
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio	711
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios.....	712
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira...	712
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	713
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	713
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios	714
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio	719
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical.....	720
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos	723
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	726
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	726
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	728
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados.....	732
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria.....	737
13.4.7.5	Cálculo dos proventos dos servidores federais	743
13.4.7.6	Regime previdenciário dos servidores estaduais, distritais e municipais	747
13.4.7.7	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária dos servidores estaduais, distritais e municipais.....	749
13.4.7.8	Pensão por morte do servidor	751
13.4.7.9	Previdência complementar	754
13.4.7.10	Contagem de tempo para aposentadoria	756
13.4.8	Estabilidade	757
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	761
13.4.10	Direitos sociais.....	761
13.4.11	Limites de despesa com pessoal	762
13.4.12	Limites decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/16.....	765
13.5	Provimento e investidura	768
13.6	Vacância.....	772
13.7	Direitos e deveres	772
13.8	Responsabilidade.....	775
13.8.1	Responsabilidade civil.....	776
13.8.2	Responsabilidade administrativa	778
13.8.3	Responsabilidade penal	780
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias.....	782
Capítulo 14 – Processo Administrativo		797
14.1	Processos estatais	797
14.2	Processo administrativo	798
14.3	Processo e procedimento	798
14.4	Modalidades.....	799
14.5	Processo administrativo eletrônico	802

14.6	Princípios	803
14.6.1	Princípio da publicidade.....	804
14.6.2	Princípio da oficialidade.....	804
14.6.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	805
14.6.4	Princípio da gratuidade	806
14.6.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	806
14.6.6	Princípio da atipicidade.....	808
14.6.7	Princípio da pluralidade de instâncias.....	809
14.6.8	Princípio da economia processual.....	810
14.6.9	Princípio da participação popular.....	811
14.7	Processo administrativo disciplinar	812
14.8	Processo sumário	815
14.8.1	Sindicância	815
14.8.2	Verdade sabida.....	815
Capítulo 15	– Responsabilidade Extracontratual do Estado.....	819
15.1	Delimitação do tema.....	819
15.2	Evolução	819
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade.....	820
15.2.2	Teorias civilistas.....	821
15.2.3	Teorias publicistas	821
15.3	Direito positivo brasileiro	823
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	826
15.5	Responsabilidade do estado por omissão	828
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	830
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	834
15.8	Reparação do dano	836
Capítulo 16	– Bens Públicos	845
16.1	Evolução	845
16.2	Classificação.....	845
16.3	Bens do domínio público do Estado	847
16.3.1	Conceito.....	847
16.3.2	Natureza jurídica	849
16.3.3	Modalidades.....	849
16.3.4	Regime jurídico.....	850
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais.....	851
16.4.1	Conceito.....	851
16.4.2	Características.....	852
16.4.3	Regime jurídico.....	852
16.5	Alienação.....	856
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial.....	856
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	857
16.6	Uso de bem público por particular.....	861
16.6.1	Uso normal e uso anormal.....	862
16.6.2	Uso comum	862
16.6.3	Uso privativo	864
16.6.3.1	Conceito e características.....	864
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	865
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão.....	866

16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União.....	871
16.6.3.5	Tutela do uso privativo.....	877
16.7	Formação do patrimônio público.....	879
16.8	Bens públicos em espécie.....	883
16.8.1	Direito positivo.....	883
16.8.2	Terrenos reservados.....	883
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acrescidos.....	886
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	887
16.8.5	Terras devolutas.....	888
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil.....	888
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica.....	890
16.8.5.3	Titularidade.....	891
16.8.5.4	Processo de discriminação.....	892
16.8.6	Faixa de fronteira.....	893
16.8.7	Ilhas.....	894
16.8.8	Águas públicas.....	894
16.8.9	Minas e jazidas.....	897
16.8.9.1	Conceito.....	897
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas.....	897
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro.....	897
16.8.9.4	Sistema atual.....	898
Capítulo 17 – Controle da Administração Pública.....		909
17.1	Conceito e abrangência.....	909
17.2	Espécies.....	910
17.3	Controle administrativo.....	911
17.3.1	Conceito e alcance.....	911
17.3.2	Recursos administrativos.....	912
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento.....	912
17.3.2.2	Modalidades.....	913
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa.....	918
17.3.2.4	Prescrição administrativa.....	919
17.4	Controle legislativo.....	920
17.4.1	Alcance.....	920
17.4.2	Controle político.....	921
17.4.3	Controle financeiro.....	922
17.5	Controle judicial.....	924
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição.....	924
17.5.2	Limites.....	924
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas.....	925
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução.....	925
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	927
17.5.4	A Administração Pública em juízo.....	931
17.5.5	Meios de controle.....	946
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	946
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	947
17.5.5.3	Mandado de injunção.....	950
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem.....	950
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção.....	951

17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16	953
17.5.5.3.4	Pressupostos.....	954
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo.....	954
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo	956
17.5.5.3.7	Competência para julgamento	957
17.5.5.4	Mandado de segurança individual.....	958
17.5.5.4.1	Origem.....	958
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos.....	958
17.5.5.4.3	Restrições	962
17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo	965
17.5.5.4.5	Prazo	971
17.5.5.5	Mandado de segurança coletivo.....	971
17.5.5.6	Ação popular.....	974
17.5.5.6.1	Evolução	974
17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos.....	975
17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo	978
17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público	979
17.5.5.6.5	Objeto	980
17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo	981
17.5.5.7	Ação civil pública	982
17.5.5.7.1	Origem e evolução	982
17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo.....	983
17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito.....	983
17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo	985
17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público	985
17.5.5.7.6	Objeto	986
17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo	986
Capítulo 18 – Improbidade Administrativa		997
18.1	Legalidade, moralidade e probidade.....	997
18.2	Evolução no direito positivo	999
18.3	Lei de Improbidade Administrativa	1002
18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível.....	1002
18.3.2	Inovações da Lei nº 14.230, de 25-10-21	1004
18.3.3	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa.....	1005
18.3.4	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa.....	1005
18.3.4.1	Sujeito passivo.....	1005
18.3.4.2	Sujeito ativo.....	1006
18.3.4.3	Ocorrência de ato danoso	1010
18.3.4.4	Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	1013
18.3.5	Sanções.....	1014
18.3.6	Procedimento administrativo	1017
18.3.7	Ação judicial de improbidade administrativa.....	1018
Capítulo 19 – Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos Contra a Administração Pública.....		1027
19.1	Da Lei Anticorrupção.....	1027
19.2	Dos requisitos da responsabilização	1028

19.3	Responsabilização administrativa.....	1031
19.4	Do processo administrativo de responsabilização.....	1032
19.5	Do acordo de leniência.....	1033
19.6	Da responsabilização judicial	1036
19.7	Dosimetria das sanções	1037
19.8	Da cumulatividade de sanções	1039
19.9	Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	1040
Capítulo 20 – Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública.....		1043
20.1	Direito positivo.....	1043
20.2	A arbitragem na Administração Pública.....	1045
20.2.1	Das controvérsias doutrinárias.....	1045
20.2.2	Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública.....	1047
20.2.3	Direitos patrimoniais disponíveis	1048
20.2.4	Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93 e na nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21	1050
20.2.5	Matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	1050
20.2.6	Competência para autorizar a arbitragem.....	1051
20.2.7	Arbitragem de direito.....	1053
20.2.8	Conflito entre sigilo e publicidade	1053
20.3	Mediação	1054
20.4	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	1055
20.4.1	Conceito e alcance.....	1055
20.4.2	Medidas de autocomposição de conflitos.....	1056
Bibliografia.....		1063
Índice Remissivo		1073